

OLHARES SOBRE A HISTÓRIA

ESTUDOS OFERECIDOS
A IRIA GONÇALVES



A cidade no *Livro do Conhecimento*

Paulo Esmeralso Lopes

Na paisagem representada ao longo do texto do *Livro do Conhecimento*¹, o autor tende sempre a individualizar os poderes dominantes e respectivos territórios. Apesar de ligados, ele atribui claramente mais importância aos poderes leigos do que aos poderes eclesiásticos.

Na sua perspectiva, o mundo é inequivocamente um espaço dos senhores, individualizado simbolicamente através da heráldica. Por outras palavras, é por excelência um espaço político onde o poder senhorial acaba por se sobrepor ao poder dos eclesiásticos.

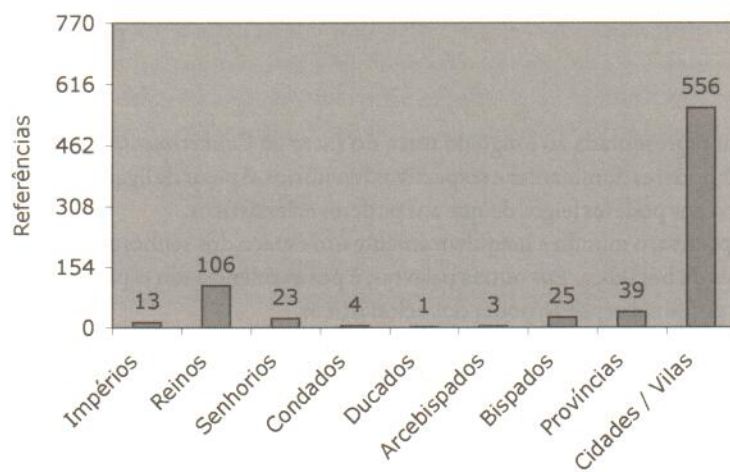
Os valores apresentados no quadro 1 esclarecem-nos quanto ao espaço de poder que, especificamente, predomina na mundividência veiculada pelo *LC*. Com 556 referências num total de 770 (e 874 ocorrências), os centros urbanos são de longe o espaço de poder privilegiado pelo autor do *LC* (ver gráfico correspondente ao mesmo quadro).

QUADRO 1 – ESPAÇOS DE PODER

N.º	CLASSIFICAÇÃO	EUROPA	ÁFRICA	ÁSIA	REF.
1	Impérios	3	2	8	13
2	Reinos	48	26	32	106
3	Senhorios	11	0	12	23
4	Condados	4	0	0	4
5	Ducados	1	0	0	1
6	Arcebispados	3	0	0	3
7	Bispados	25	0	0	25
8	Províncias	32	2	5	39
9	Cidades / Vilas	296	95	165	556
	Total	423	125	222	770

¹A partir deste ponto do texto, a designação desta obra surgirá sempre de forma abreviada: *LC*.

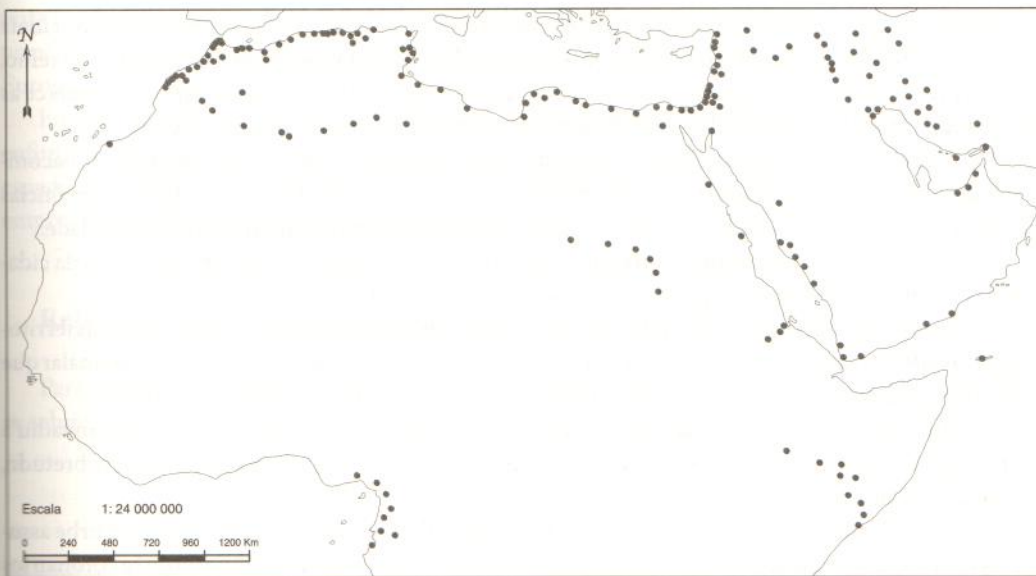
GRÁFICO 1 – ESPAÇOS DE PODER



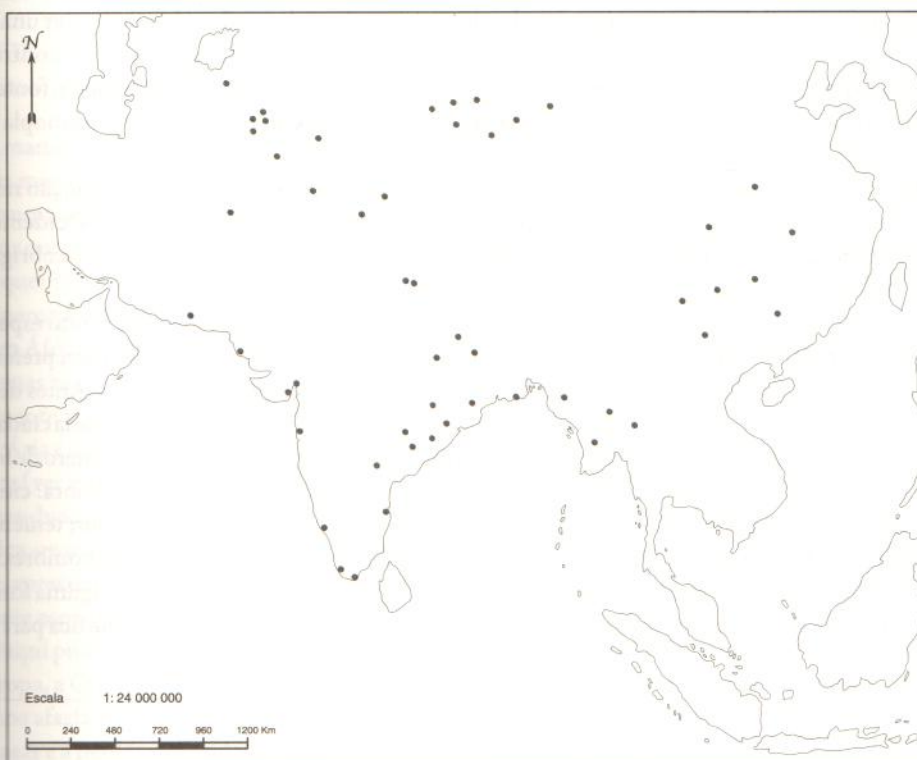
MAPA 1 – (EUROPA E ÁSIA MENOR):
TOPONÍMIA DO LIVRO DO CONHECIMENTO, MS. S E Z



**MAPA 2 – (ÁFRICA E MÉDIO ORIENTE):
TOPONÍMIA DO *LIVRO DO CONHECIMENTO*, MS. S E Z**



MAPA 3 – (ÁSIA): TOPONÍMIA DO *LIVRO DO CONHECIMENTO*, MS. S E Z



A cidade é, de facto, o elemento estruturante do itinerário e do discurso veiculados no *LC*. A visão do autor em relação ao espaço e ao mundo conhecido centra-se essencialmente na figura deste espaço de poder. Os valores em termos de referências e de ocorrências não podiam ser mais expressivos.

Apesar de não se apresentarem descritas, o desfile das urbes no *LC* veicula imediatamente a ideia da funcionalidade social e política da cidade. Regra geral, sempre que se chega a uma região ou reino, existe a preocupação de assinalar as maiores e mais importantes cidades, e, de entre estas, a que exerce as funções de capital (cabeça de reinado ou de império) e de cenário para a coroação dos reis.

A cidade é um espaço superior. Vital. E apesar de não declarado, a extensa nomeação da cidade é acompanhada no *LC* de um intenso fervor, como podemos, aliás, concluir do facto de 35 das 50 ocorrências relativas a acontecimentos indicados no *LC* estarem associadas, directa ou indirectamente, à cidade.

Também ao nível do maravilhoso presente na fonte podemos identificar a preponderância da cidade: das 13 imagens de *mirabilia* que acompanham o texto, 5 são relativas a cidades.

Outro indicador desta supremacia reside na componente heráldica. Aqui, ao nível dos sinais territoriais, a cidade ocupa o segundo lugar (5 referências, num total de 27), sendo no entanto de assinalar que vários dos emblemas relativos ao primeiro tópico, os reinos, referem-se igualmente a cidades.

Por tudo isto, podemos afirmar que o autor do *LC* partilha da *consciência urbana* que invadiu a Europa a partir do século XII. Uma consciência que determina, aliás, a sua forma de pensar e, sobretudo, de dar a ver o mundo.

O facto de o autor do *LC* apenas descrever Constantinopla, revela a importância que esta urbe assumia na sua visão do mundo: «et fuy a costantinopla vna rica ciudad cabeça del jmperio do se coronan los reyes, en la qual es vna eglesia de dios que dizen santa sofia et es muy alta et muy ancha et fermosa. Apres de la qual es vna torre de piedra que no ha sobida (...)»². Para tal pode ter contribuído a vasta e empolgante descrição de Roberto de Clari, aquando da tomada e saque da cidade pelos cruzados, em 1204.

Segundo Paul Zumthor, a percepção que o homem medieval tem da cidade é, em parte, determinada por quatro modelos míticos, que «para las demás ciudades del mundo solo pueden ser una aproximación o su contrario»³: a Jerusalém celeste, destino de toda a boa aventura; o seu contrário, a Babilónia; Roma, fonte de autoridade e de conhecimento; Bizâncio, a maravilha longínqua, fonte inesgotável de relíquias até ao saque de 1204. Talvez a preferência do autor do *LC* por Constantinopla tenha neste princípio a sua origem.

Situada no extremo oriental do Mediterrâneo, Constantinopla cumpre a mesma função no imaginário dos cristãos orientais que Roma nos cristãos ocidentais. Mas para o homem do Ocidente, que peregrina por via terrestre, existe outra mais valia: é que Constantinopla constitui uma etapa obrigatória na rota terrestre para Jerusalém.

Zumthor chama ainda a atenção para um pormenor que garante à cidade um lugar muito específico na mundividência do homem medieval e que, de alguma forma, ajuda a esclarecer esta clara preferência do autor do *LC* pelos centros urbanos em detrimento dos restantes espaços de poder: «Antes de estos modelos, y en parte gracias a ellos, actua sobre la percepción y la representación medieval de la ciudad una poderosa corriente arquetípica, que impone al pensamiento y al lenguaje un pequeño número de formas matriciales que (a través de múltiples mediaciones) determinan la imaginación y la palabra: cierre, es decir, aislamiento; solidez, es decir, seguridad; verticalidad, es decir, grandeza y poder; teniendo en cuenta que cada uno de estos rasgos y su conjunto remiten a la existencia colectiva de los hombres.»⁴

A cidade é a ordem, e a sua centralidade em relação à região que integra afasta-a de alguma forma da ruralidade e do exterior selvagem, onde imperam a desordem, a violência, o caos. O que fica para lá das

² ms. S, escudo LXXXIII.

³ Paul Zumthor, *La Medida del Mundo*, Madrid, Cátedra, 1994, p. 115.

⁴ *ibidem*, pp. 118-119.

suas muralhas é a antítese daquilo que os seus habitantes procuram no seio das ruas, praças, campanários e mercados.

A cidade vem sempre associada ao saber, ao estudo e à ciência. Ela é o espaço do conhecimento, pois é nela que se situa o maior de todos os centros de saber: a universidade. O *LC* corrobora este princípio nas diversas referências efectuadas à cultura. O âmbito é, regra geral, a cidade, sobretudo na Europa.

Em suma, a cidade medieval tem uma história, uma memória e uma linguagem próprias. Uma “alma”, enfim, que garante aos seus habitantes o tão precioso sentimento de pertença e faz com que este seja o espaço de poder mais importante, mesmo em relação ao reino e ao império, aos quais não raras vezes empresta o nome e aos quais fornece sempre a capital.

Relação entre continentes na distribuição toponímica

Para o autor do *LC*, como podemos verificar no quadro 2 e nos mapas 1 a 3, a cidade e a vila associam-se sobretudo à Europa e à Ásia. Estes continentes são os espaços por excelência do mundo urbano.

QUADRO 2

CONTINENTES	TOPÓNIMOS (REFERÊNCIAS)
Europa	296
África	95
Ásia	165
Total	556

A mancha topográfica europeia é extremamente densa quando comparada com a africana e a asiática (ver mapas 1, 2 e 3). E, acima de tudo, é bem mais uniforme. Apenas o Norte do continente africano revela uma regularidade comparável ao quadro europeu.

Por outro lado, a Europa contém nichos toponímicos verdadeiramente impressionantes, quer pelo rigor quer pela intensidade. Os casos mais emblemáticos são a Península Ibérica e a zona de influência da Dinamarca (ver mapa 1).

Em África, a tendência é claramente setentrional (ver mapa 2). Com efeito, exceptuando algumas pequenas manchas, sobretudo na região equatorial ocidental e oriental, os topónimos marcados no continente africano pelo autor do *LC* situam-se no Norte.

A Ásia é uma questão mais problemática, pois divide-se em três grandes zonas de influência: a Ásia Menor (ver mapa 1); o Médio Oriente (ver mapa 2); e a Ásia propriamente dita (ver mapa 3). Ao passo que nas duas primeiras a marcação é intensa – excepção feita, claro está, à região central da Península Arábica – e mais ou menos uniforme, na terceira a marcação é bastante “eclética” e pouco homogênea, isto é, apresenta três manchas principais: a norte, a sul e a leste – sendo, registe-se, em todos os casos bastante espaçada.

Daqui podemos concluir que o autor do *LC* subordina o seu texto a uma lógica de centro-periferia. A Europa, a Cristandade, espaço mais conhecido do autor, é o grande cenário da toponímia. À medida que nos afastamos da bacia do Mediterrâneo, norte e sul, e da Ásia Menor, os topónimos começam a escassear e a perder intensidade em termos de mancha.

Centros urbanos mais referenciados

Como já vimos, no âmbito dos espaços de poder presentes no *LC* as cidades imperam de forma quase absoluta. No entanto, há que assinalar as urbes mais importantes na perspectiva do autor. O quadro 3 esclarece-nos relativamente a esta questão.

QUADRO 3

N.º	TOPÓNIMOS EQUIVALENTES HISTÓRICOS ⁵ OU ACTUAIS	Oc.
1.º	Cairo	13
2.º	Roma	11
3.º	Vidin	8
4.º	Istambul	7
5.º	Magot*	7
6.º	Mogadiscio	7
7.º	Sivas	7
8.º	Antalya	6
9.º	Ceuta	6
10.º	Toulouse	6
11.º	Tilimsen	6
12.º	Urgenc	6

O Cairo e Roma merecem particular destaque. Sobretudo o Cairo, dado que o autor tem a preocupação de, por um lado, referenciar os povos que contribuíram para o seu povoamento e, por outro lado, assinalar as povoações que estão na base da sua fundação. Constantinopla, como demonstrámos, beneficia inclusive de uma descrição textual.

Um derradeiro aspecto a reter relaciona-se com o facto de uma das cidades mais referidas se enquadrar no universo dos *mirabilia*: Magot (7 ocorrências).

A representação iconográfica da cidade no *LC*

A cidade é alvo de expressão iconográfica no *LC*. Tal posição de destaque não é de estranhar, pois como Jacques Le Goff refere: «As cidades têm uma posição preponderante na descrição dos itinerários e das regiões»⁶.

A cidade é o pólo oposto da natureza selvagem e agreste, e intimamente associada a ela ao nível do imaginário impõe-se a figura da muralha. As ilustrações do *LC* comprovam isto mesmo: da Babilónia

⁵ Os equivalentes históricos estão identificados com asterisco.

⁶ Jacques Le Goff, *O Imaginário Medieval*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 232.

ao Paraíso Terreal, passando por Gog e Magog, todos os centros urbanos iconograficamente retratados no documento vêm representados com muralhas.

Referindo-se à existência de um imaginário urbano, Jacques Le Goff fala mesmo de «uma problemática original que transborda da Idade Média: a cidade murada – pois que na Idade Média a muralha era um elemento tão simbólico como material.»⁷

O iluminador desenhou e coloriu uma cidade fortificada situada sobre uns montes junto ao mar. Trata-se de Tocatoron, um centro urbano localizado no extremo ocidente da África Subsariana. É uma urbanização horizontal na qual, por cima da muralha, se destacam três torres cilíndricas perfuradas por numerosos vãos.

Ao nível pictórico, na ilustração original, predominam as cores escuras e frias: azul-escuro para a água, verde-escuro para as quatro colinas sobre as quais assenta a cidade e cinzento-azulado para a cidade em si, coroada por ameias e merlões.

Na essência, a imagem revela-nos uma cidade muralhada típica do Ocidente medieval cristão, o que, em última análise, reflecte a visão marcadamente europeizante do autor do LC em relação a esta região do globo.

No LC o Paraíso Terreal está também representado como se de uma cidade fortificada europeia se tratasse. Com efeito, o iluminador desenhou e coloriu uma fortaleza construída em pedra, com paramentos de silhar calçados sem qualquer abertura. Termina, no topo, guarnecida de adornos em forma de ameias. Os seus dez merlões culminam num remate triangular. A fortaleza assenta num conjunto de montes situados junto ao mar. Na imagem original, a cor amarela da construção e das montanhas sobre as quais assenta contrasta com o tom azul-forte do mar que a isola, impedindo o seu acesso.

Desta feita, o iluminador desenhou e coloriu uma cidade muralhada, mais uma vez à semelhança das fortalezas da Europa coeva, da qual emergem diversos torreões cilíndricos coroados com ameias e merlões. Do conjunto das torres destaca-se aquela situada mais à direita, coberta por um tejadilho cónico, que surge como a mais bela e imponente. Nas muralhas e nas torres distinguem-se diversas janelas, que variam em disposição e tamanho. É inequívoca a relação com as representações de cidades de inspiração setentrional europeia nas artes figurativas do século XV. A cidade apresenta, na ilustração original, como cor predominante o azul com traços brancos simulando pedra silhar. Em relação ao solo, sobre o qual a mesma se encontra edificada, destaca-se o encarnado, talvez evocativo do sangue nela bíblicamente provocado aos judeus que aí conheceram o cativo.



Fig. 1 – Cidade de Tocatoron.

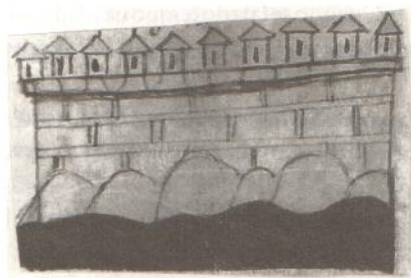


Fig. 2 – Paraíso Terreal.

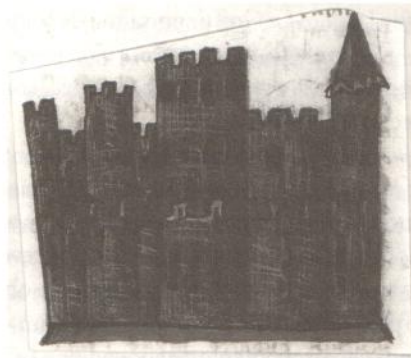


Fig. 3 – Cidade da Babilónia.

⁷ *ibidem*, p. 32.



Fig. 4 – Povos de Got e Magot.

Estamos perante uma manifestação bastante peculiar da lenda de Gog e Magog. O iluminador desenhou e coloriu a fachada de um castelo apalaçado com uma disposição marcadamente horizontal. Ao centro destaca-se uma porta, através da qual se acede ao interior da fortaleza, com um arco de meio ponto coroado com um frontão triangular. De cada lado sobressaem três torres cilíndricas. O topo da fortaleza é constituído por merlões de remate triangular. Nas torres abrem-se janelas e os muros simulam trabalho de silheria. De salientar, na imagem original, o contraste resultante da cor amarela da construção com a cor vermelha do solo plano no qual a mesma se ergue, aliando a cor da guerra, o vermelho, à cor da realeza, o dourado. Também esta ilustração revela um claro parentesco com as representações quatrocentistas de cidades de inspiração setentrional europeia, o que, mais uma vez, manifesta a tendência do autor para “europeizar” as construções fabulosas existentes para lá dos limites da Cristandade. Neste caso, trata-se mesmo de uma fortaleza/cidade localizada no coração do Oriente.

A cidade e o tempo no LC

Também em relação ao elemento *tempo*, o LC privilegia a figura da cidade.

Quando se fala do tempo na Idade Média é vulgar apresentar-se como referência dois grandes modelos da sua organização quotidiana, que correspondem a dois tipos de sociedades⁸:

- a) O tempo *natural*, cíclico, marcado pela sucessão dos dias e das noites e pelo ritmo alternado das estações do ano que pauta as épocas das sementeiras e das colheitas, próprio de uma sociedade rural;
- b) O tempo preciso, quantificado, linear, do relógio mecânico, da contabilidade e do comércio, correspondente à sociedade urbana.

À luz deste quadro, consideramos que o LC se enquadra numa posição de viragem, acabando, no entanto, por pender para o segundo modelo, o correspondente às sociedades urbanas e ao tempo linear, que Jacques Le Goff denominou de *tempo dos mercadores*⁹.

Com efeito, no seu todo, a obra possui referências passíveis de se enquadrarem em ambos os modelos. Todavia, a própria relação época/contexto na qual foi concebida, faz com que naturalmente prevaleça o segundo modelo.

Assim, se por um lado temos momentos, nomeadamente ao nível dos acontecimentos e da onomástica, que remetem para o tempo da sociedade rural; por outro lado, as diversas referências à actividade mercantil e à figura do mercador, a elevação incontestada da cidade a espaço de poder por excelência, as evocações sistemáticas ao tempo breve, nomeadamente na figura das curtas e rápidas passagens pela grande maioria dos lugares, como que obedecendo a um calendário urgente, preciso, de instrumento, e o próprio facto de estarmos perante uma viagem com um itinerário por cumprir fazem com que tenhamos necessariamente de enquadrar o LC no âmbito de um tempo linear, de progresso.

⁸ Cf. Luís Krus, “A Vivência Medieval do Tempo”, Sep. de *Estudos de História de Portugal. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, Lisboa, Editorial Estampa, 1982, pp. 345-355.

⁹ Cf. Jacques Le Goff, “Tempo e Trabalho” in *Para um Novo Conceito de Idade Média – Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, p. 45.

O tempo do *LC* é, pois, o tempo da cidade. Esta constitui o coração do texto (na grande maioria das suas facetas) e o esqueleto do espaço/itinerário. Neste sentido, o tempo do *LC* está de acordo com o *novo* tempo, pois é a partir «dos centros marginais ao mundo agrário e feudal dominante, isto é, a partir das vilas e cidades, que na Baixa Idade Média se tenderá a afirmar uma nova concepção do tempo. O alargamento do espaço comercial no e do Ocidente faz que para o mercador passe a ser importante uma especulação económica sobre o tempo, uma vez que a produtividade e o lucro da sua actividade económica implicam uma nova atenção sobre a contagem e controlo do tempo e uma correcta administração e planificação dos negócios.»¹⁰

Conclusão

O princípio intrínseco que marca e define a visão do mundo presente no *LC* reside exactamente na combinação harmoniosa de dois tópicos: uma estruturante lógica de centro-periferia e uma concepção integral do espaço que compõem o mundo. É com base em tal combinação que o autor pode, com segurança, avançar o itinerário e a cidade como grandes eixos do relato.

Apesar de um, podemos dizer primeiro, impulso totalizador, no *LC* não assume tudo a mesma importância para o viajante, pelo que o narrador se vê obrigado a eleger e seleccionar os marcos fundamentais do itinerário. Esses pontos privilegiados são precisamente as cidades. Como verificámos, a cidade converte-se no índice de referência essencial através do qual se desenvolve a descrição do itinerário. Até ao extremo de que quando não existem cidades numa determinada região opera-se uma súbita aceleração do tempo da narração e do espaço percorrido.

A cidade possui, assim, um estatuto central na definição de territórios e na qualidade de centro organizador de toda a vida política, económica e cultural.

Este cenário tem já a ver com a nova era, iniciada em meados do século XIII, na qual o Ocidente europeu passou da percepção qualitativa do espaço para uma concepção marcadamente quantitativa, tendo essa transformação da forma de conceber o espaço sido acompanhada de modo similar em relação ao tempo.

Com efeito, a partir de 1250 deu-se início a uma mutação acentuada, ainda que lenta, expressa em inovações técnicas como a construção do primeiro relógio mecânico e do primeiro canhão – invenções que forçaram os europeus a pensar em termos de espaço e tempo quantificados.

Abrindo-se ao mundo, os ocidentais constroem agora os meios intelectuais necessários para o dominar, sem banir por absoluto, recorde-se, a ficção, pois os mapas continuam a assinalar as curiosidades de cada continente. O espaço e o tempo passam então a ser considerados como algo puro, objectivo, absoluto, passível de ser dominado e até “domesticado”. Uma verdadeira revolução mental, que lançou os ocidentais à descoberta de territórios que passaram a medir e a conceptualizar. Começa aqui o apogeu da *praxis* humana.

Artífices fundamentais desta mudança foram as cidades, que agora se impõem como grandes centros orientadores das relações económicas e políticas, às quais estava associado um novo tipo de pessoas para quem o espaço (e o tempo) tinha necessariamente de tornar-se mensurável: comerciantes, mercadores, juristas, escribas, cambistas, contabilistas, oficiais régios; gentes, enfim, ligadas ao que Jacques Le Goff denominou de “ambiente de cálculo”¹¹. Trata-se de uma nova classe que dominava as letras e os números tão bem ou melhor que grande parte do clero e da nobreza.

Ao nível profundo da mentalidade medieval ocidental, já não é tanto a dualidade espaço cristão/espaço do infiel que comanda as acções, mas sim, o binómio espaço rural/espaço urbano. O *LC* é um

¹⁰ Luis Krus, “Tempo na Idade Média” in *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, II, *sine loco*, Publicações Alfa, 1985, pp. 279-280.

¹¹ Cf. Alfred Crosby, *La Medida de la Realidad, La cuantificación y la sociedad occidental, 1250-1600*, Barcelona, Crítica, 1988, p. 52.

notável exemplo desta transfiguração. Como assinala Luís Krus em relação ao espaço português, mas que é passível de estender-se ao mundo ocidental cristão: «Aos campos, ligados a uma economia rural, opõem-se a vila e a cidade, que delimitam pelo termo o espaço abastecedor sujeito à sua influência, e na qual se concentram as actividades artesanais, administrativas e comerciais, que delas fazem um espaço de comunicação ligado às principais redes de tráfico regional, peninsular, mediterrânico e atlântico.»¹²

¹² Luís Krus, "Espaço na Idade Média" in *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, I, op. cit., p. 220.